



**ATA DA 585ª (QUINGENTÉSIMA OCTOGÉSIMA QUINTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU.**

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho Fiscal da CBTU, empresa pública de capital fechado, CNPJ nº 42.357.483/0001-26, NIRE nº 53.5.0000875.6, com sede no Edifício Confederação Nacional do Comércio – CNC, 9º ao 13º andar, Setor Bancário Norte, quadra 1, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.041-902, por videoconferência, para deliberar sobre os temas relativos à 585ª reunião ordinária, com a presença do presidente do colegiado, SEIJI KUMON FETTER e dos Conselheiros: ANTÔNIO VLADIMIR MOURA LIMA e SERGIO RICARDO DA CRUZ DUARTE. Foram convidados para prestar esclarecimentos ao Conselho: a Gerente Técnica – Orçamento e Gestão, ÉRICA PATRÍCIA LEMOS DE MENDONÇA; a Gerente Técnica – Planejamento Empresarial, MARIANA DOS SANTOS FERNANDES; e a Técnica de Gestão - Assistente Executivo III, ROSELI GAMBARINE LOPES, para prestar esclarecimentos ao Colegiado. A Assistente Executiva ANNE KAROLINE MARTINS FERNANDES DE MELO foi convocada para secretariar os trabalhos.

Verificando-se o quórum para instalação da reunião, os membros do Conselho Fiscal, únicos presentes com direito a voto, deliberaram nos termos que se seguem:

- 1. Apresentação do novo conselheiro.** Foi apresentado ao Conselho seu novo integrante, SERGIO DUARTE.
- 2. Aprovação da minuta da ata 584ª RO.** A ata foi aprovada por todos os conselheiros.

**3. Apreciação das atas da Diretoria Executiva (DE) – RO 708 a 714 – RE 69 e**

**70.** O Conselho recomendou que nas próximas atas da Diretoria Executiva seja indicada a efetiva disponibilidade orçamentária para despesas aprovadas, salvo se já contida em parecer citado na própria ata.

**4. Apreciação das atas do Comitê de Auditoria (COAUD) – RO 130 a 133.**

O Conselho apreciou as atas e não teceu comentários. Com relação à ata da RO 133, em virtude de ainda não estar concluída, será apreciada na próxima reunião ordinária, aguardando assinatura. Com relação à ata de RO 133, em virtude de ainda não estar concluída, será apreciada na próxima reunião ordinária.

**5. Devolução dos valores REFER.**

Foi comunicado ao colegiado que a Diretora Adjunta de Administração e Finanças solicitou a retirada do tema de pauta, e que o mesmo será debatido na próxima reunião ordinária, todos concordaram. A Diretora Adjunta justificou a necessidade de se reunir informações mais atualizadas sobre o assunto; isso porque, a informação mais recente é do mês de março/2024 - cuja parcela de compensação foi de R\$ 265.720,56. Do total de R\$ 12.915.724,21 devidos, já foi compensado o montante de R\$ 5.242.078,02. Remanesce (até mar/2024) a quantia de R\$ 7.673.646,19.

**6. Indicadores gerais e por STUs – abril/2024.**

A Gerente Técnica de Planejamento - GEPLÉ apresentou os indicadores referentes ao mês de abril/2024 de cada Superintendência. O panorama das unidades reflete quadros de baixa disponibilidade de VLTs para circulação em virtude de manutenção, degradação do aparelhamento, tanto da via, quanto do material rodante, condições atreladas à questão orçamentária. Foi pontuado que os eventuais problemas de disponibilidade acabam acarretando em perda de fidelidade dos clientes com o modal, que não retorna, mesmo após a superação das dificuldades.

**Cenário por Superintendência:**

- **Superintendência de Recife:** observou-se: i) piora no ano de 2024 em relação a 2023 em todos os indicadores; ii) redução no número de TUE's que passou de 16 equipamentos em 2023 para 15 em 2024; iii) problemas sérios na Via Permanente com vários trechos da Linha Centro com redução de velocidade; iv) na Linha Sul, um grave

problema na rede aérea Sul de IMB-1 com desgaste acentuado de suportes e emendas; v) na Diesel, no trecho CBO/CAJ, atualmente sendo utilizada uma Locomotiva, equipamento mais lento que o VLT, o que ocasiona menor número de viagens.

- **Superintendência de Natal:** houve problemas de segurança pública em março/2023, cenário que apresentou melhora neste ano. Assinalou-se que, em abril/2024, o número de estações era maior que em abril/2023, contabilizando-se 4 (quatro) novas estações: Nísia Floresta, Bom Pastor, Boa Esperança e Promorar.

- **Superintendência de João Pessoa:** reportou-se que ações estão sendo tomadas para melhora da evasão.

- **Superintendência de Maceió:** referiu-se que ainda perduram os impactos do desastre ocasionado pela Braskem. Mencionou-se, ainda, cancelamentos de viagens por problemas no material rodante, fruto de dificuldades com a manutenção.

Pontuou-se que a degradação do nosso sistema, tanto da via permanente, quanto do material rodante, é alvo constante de reclamações nas superintendências, causando transtornos operacionais, e assim afetando a confiabilidade dos nossos usuários em relação ao sistema. A solução para os problemas esbarra na ausência de disponibilidade orçamentária. Por fim, a Gerente Técnica enfatizou a necessidade de acompanhamento mais estreito junto às STUs, O Conselho fiscal solicitou a elaboração de uma nota técnica relatando a situação operacional de cada superintendência, a ser encaminhada à Secretária de Orçamento Federal - SOF com pedido de crédito orçamentário.

**7. Execução orçamentária – abril/2024.** A Gerente Técnica de Orçamento e Gestão - GEORC apresentou os seguintes fatos relevantes do mês de abril: **i)** criação dos pedidos Siop 458333 e 458377 que suplementam a dotação orçamentária tanto de custeio quanto de investimento para despesas discricionárias, sendo que o condicionamento e posterior cancelamento de parte da dotação de custeio retardou o prosseguimento de contratações previstas, o que reflete nos valores empenhados/liquidados até o momento; **ii)** publicação da Portaria MPO N° 104, de 19 de abril de 2024, que cancelou R\$1.451.838 (investimento) suplementou R\$1.451.838 (custeio), ambos para a ação Administração da Unidade, solicitada através do Pedido Siop 458282, em 10/04/2024; **iii)** publicação da Portaria MPO N° 108, de 26 de abril de 2024, que suplementou a quantia de R\$3.922.726

para a ação Ativo Cívico da União; **iv)** publicação da Portaria SOF/MPO Nº 114, de 26 de abril de 2024, que estabelece procedimentos e prazos para a elaboração das propostas orçamentárias para o Projeto de Lei Orçamentária de 2025, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, a serem observados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, e dá outras providências. Em 30/04/2024, o cronograma foi republicado devido a incorreção; **v)** em relação à execução, na maioria das unidades, segue conforme o previsto, destacando-se que, na Superintendência de Belo Horizonte, ainda ocorrem alguns resquícios na parte de sentença judiciais de empresas estatais dependentes. Já na Superintendência de Natal, a execução está abaixo do esperado, em virtude da expectativa de conclusão de alguns processos nesse primeiro trimestre, esperando-se que a execução seja normalizada a partir de junho; **vi)** No tocante ao acompanhamento dos valores inscritos em “restos a pagar”, registrou que estão sendo executados e que, dos 40 milhões previstos no início do ano, restam 20 milhões de saldo. Ao final, o Conselho observou a importância de se prosseguir com as tratativas de pleito de recurso orçamentário junto ao Ministério das Cidades.

**8. Evolução do contencioso – 1º trimestre/2024.** A representante da Gerência Geral do Jurídico apresentou dados que indicam a manutenção do cenário no que concerne ao trimestre anterior. Entretanto, a Superintendência de João Pessoa registrou um aumento substancial em relação a 2023, com dados que demonstram uma tendência a piora do quadro. Comentou que o mérito das ações que estão sendo ajuizadas vem se mostrando favorável aos empregados, o que possibilita prever desembolsos certos com indenizações trabalhistas, além de outras verbas. Sendo assim, entende que algum tipo de estudo ou linha de ação deve ser tomada para mitigar o problema. Na origem, o problema reside no descompasso entre os valores autorizados pela CGPAR, no limite de 1% da folha de pagamento dos empregados e o montante necessário para fazer frente à progressão funcional, havendo casos em que o empregado permanece mais de 10 (dez) anos sem as verbas de progressão devidas. Em decorrência, sendo, basicamente uma questão orçamentária, o Conselho solicita a realização de estudo em conjunto com a Diretoria de Administração e Finanças e a GAJUR, para que sejam encaminhadas políticas e diretrizes

da progressão funcional prevista, tendo em vista as evidências de formação de risco decorrentes do desalinhamento com o orçamento autorizado.

**9. Riscos fiscais - 1º trimestre/2024.** A Técnica em Gestão da GAJUR apresentou dados que revelam aumento dos riscos fiscais referente às ações trabalhistas, sendo que Superintendência de João Pessoa alcança a marca de 33 milhões de reais. Reportou que o total dos riscos, considerando todos os tipos de ações, alcança a soma de 1,5 bilhões. Diante do número que se demonstra significativo, o Conselho se pronunciou pela necessidade de buscar indicadores que permitam melhor entender a origem desses riscos e, conseqüentemente, permitir que sejam tomadas medidas mais efetivas para mitigá-los. Como medida inicial, o Conselho entendeu ser necessário categorizar as ações pelas causas de pedir, criando uma classificação não maior do que 20 (vinte) tipos, permitindo, resumidamente, entender onde estão concentrados o maior número de ações e montante de valores requeridos. De toda sorte, essa categorização preliminar será encaminhada previamente ao Conselho, para que, na próxima reunião, possam ser introduzidas melhorias nesses parâmetros para melhor análise. O Conselho solicitou que os gráficos tivessem a versão em valores, trazendo as seguintes informações: quantitativo e numérico.

**Encerramento:** Foi confirmada a próxima reunião do Conselho para o dia 27 de junho de 2024, às 09 horas e 30 minutos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença e participação de todos e deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** SEIJI KUMON FETTER  
Data: 05/07/2024 01:12:43-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**SEIJI KUMON FETTER**  
Presidente

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** SERGIO RICARDO DA CRUZ DUARTE  
Data: 10/07/2024 10:56:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**SÉRGIO RICARDO DA CRUZ DUARTE**  
Conselheiro

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ANNE KAROLINE MARTINS FERNANDES DE MELO  
Data: 03/07/2024 16:02:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ANTÔNIO VLADIMIR M. LIMA**  
Conselheiro

**ANNE KAROLINE M. F. DE MELO**  
Secretária